

RETRATOS DO ABUSO: UM ESTUDO SOBRE COMPORTAMENTO ABUSIVO

PORTRAITS OF ABUSE: A STUDY OF ABUSIVE BEHAVIOR

Ciências Humanas • 01/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790738888](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790738888)

Jean Santos Domingos¹

Natalia Novaes Ferreira²

José Raimundo Evangelista da Costa³

RESUMO

O comportamento abusivo constitui um fenômeno complexo, relacionado a fatores sociais, históricos e culturais que influenciam a constituição e a manutenção de relações de poder e práticas violentas. O estudo teve como objetivo analisar essa influência, identificando características comportamentais recorrentes em autores de violência, compreendendo o papel das normas sociais e das estruturas familiares e investigando estratégias de intervenção psicológica relacionadas aos padrões identificados. Caracterizou-se como uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e em entrevistas semiestruturadas com sete psicólogos clínicos e/ou institucionais, com experiência no atendimento a vítimas e/ou autores de violência. Os resultados revelaram a baixa procura espontânea dos autores de violência por atendimento psicológico, o predomínio de encaminhamentos judiciais e institucionais, a recorrência de práticas de controle e dominação e a dificuldade de reconhecimento das próprias condutas abusivas. Identificou-se também a psicoterapia, a psicoeducação e os grupos reflexivos como estratégias de intervenção voltadas à reflexão, responsabilização e transformação de padrões relacionais. A análise dos resultados apontou a influência de estruturas familiares, normas socioculturais e modelos educativos pautados na punição, associados à reprodução intergeracional da violência. Concluiu-se que o enfrentamento do comportamento abusivo requer ações articuladas entre psicologia, educação e políticas sociais, ampliando espaços de prevenção, cuidado e responsabilização.

Palavras-chave: Comportamentos abusivos; Dinâmicas sociais; Relações de poder.

ABSTRACT

Abusive behavior constitutes a complex phenomenon related to social, historical, and cultural factors that influence the development and maintenance of power relations and violent practices. The study aimed to analyze this influence by identifying recurring behavioral characteristics among perpetrators of violence, understanding the role of social norms and family structures, and investigating psychological intervention strategies related to the identified patterns. The study was characterized as qualitative field research based on a literature review and semi-structured interviews with seven clinical and/or institutional psychologists with experience in providing care to victims and/or perpetrators of violence. The results revealed low spontaneous help-seeking among perpetrators of violence for psychological care, a predominance of judicial and institutional referrals, the recurrence of controlling and dominating practices, and difficulties in recognizing their own abusive behaviors. Psychotherapy, psychoeducation, and reflective groups were also identified as intervention strategies aimed at promoting reflection, accountability, and the transformation of relational patterns. The analysis of the results indicated the influence of family structures, sociocultural norms, and educational models based on punishment, which are associated with the intergenerational reproduction of violence. It was concluded that addressing abusive behavior requires coordinated actions involving psychology, education, and social policies, expanding opportunities for prevention, care, and accountability.

Keywords: Abusive behaviors; Social dynamics; Power relations.

1. INTRODUÇÃO

O comportamento abusivo constitui um fenômeno complexo, manifestando-se por meio de diferentes formas de violência, como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, além de práticas de controle, dominação, manipulação e desvalorização. Essas manifestações são sustentadas por fatores históricos, sociais e culturais e estão relacionadas à reprodução de relações de poder. No contexto brasileiro, segundo dados de Cerqueira e Bueno (2024), foram registradas 221.240 notificações de violência envolvendo mulheres em 2022, das quais 144.285 foram classificadas como violência doméstica. Além disso, os homens foram identificados como autores em 86,6% dos casos. Esses dados reforçam a necessidade de compreender a violência considerando não apenas aspectos individuais, mas também os contextos sociais e relacionais em que tais comportamentos se constituíram e se mantiveram.

A influência do contexto social sobre o comportamento humano foi discutida em estudos clássicos da psicologia. Milgram (1974) investigou a obediência à autoridade e demonstrou que indivíduos poderiam apresentar comportamentos prejudiciais mesmo diante de desconforto e questionamentos sobre suas ações. De modo semelhante, Zimbardo (1971) investigou por meio do Experimento da Prisão de Stanford, como posições de poder e papéis socialmente estabelecidos poderiam favorecer comportamentos abusivos. Esses estudos contribuíram para a compreensão de que determinadas condutas não poderiam ser analisadas exclusivamente a partir de características individuais, uma vez que as condições situacionais e sociais também participavam de sua constituição.

Essa perspectiva foi ampliada por Bandura (2007) pela compreensão da aprendizagem social, segundo a qual comportamentos poderiam ser adquiridos e reproduzidos a partir da observação e da

modelação. No campo das relações familiares, essa dinâmica poderia favorecer a transmissão de padrões violentos entre gerações, sobretudo quando práticas de controle e punição fossem incorporadas como formas legítimas de relacionamento. Vieira, Perdoná e Santos (2011) apontaram fatores associados à violência por parceiro íntimo, contribuindo para a compreensão de que sua ocorrência estava relacionada a diferentes condições presentes na trajetória dos sujeitos.

As relações de poder também foram consideradas fundamentais para a compreensão do comportamento abusivo. Butler (2021) discutiu a forma como normas sociais e performances de gênero são reiteradas e naturalizadas, enquanto Dobash e Dobash (2012) compreenderam a violência contra as mulheres a partir de contextos sociais, culturais e relacionais que sustentam desigualdades de poder. Dessa maneira, determinadas formas de controle e dominação poderiam ser legitimadas nas relações afetivas, dificultando o reconhecimento de práticas abusivas.

Diante desse cenário, a atuação psicológica foi compreendida para além do atendimento às vítimas, contemplando também os autores de violência. Vasconcelos e Cavalcante (2019) destacaram a escassez de medidas e estudos voltados a esses sujeitos, apontando a importância de estratégias que favorecessem a responsabilização e a reflexão sobre as próprias condutas. No âmbito legislativo, a Lei nº 11.340/2006 também estabeleceu medidas direcionadas aos autores de violência, incluindo programas de reeducação e responsabilização (Brasil, 2006).

Assim, este estudo buscou compreender em que medida o contexto social influenciou a construção e a manutenção de

comportamentos abusivos nas relações interpessoais, partindo da hipótese de que fatores sociais contribuíram para a reprodução de relações de poder e para a manutenção cíclica da violência, especialmente quando práticas abusivas foram naturalizadas nos processos de socialização. Para isso, teve como objetivo analisar essa influência, identificando características comportamentais recorrentes em autores de violência, compreendendo o papel das normas sociais e das estruturas familiares e investigando estratégias de intervenção psicológica relacionadas aos padrões identificados.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Abusos e Tipos de Abusos

O abuso pode assumir diferentes formas, como física, psicológica, sexual, verbal e financeira, estando essas manifestações relacionadas a dinâmicas de dominação presentes nas relações sociais. Butler (2021) contribuiu para essa compreensão ao discutir a performatividade de gênero e a repetição de normas sociais que associam a masculinidade à força, ao controle e ao domínio, enquanto vinculam a feminilidade à submissão, ao cuidado e à docilidade. Essas expectativas podem favorecer a manutenção de hierarquias e legitimar práticas abusivas nas relações.

2.2. Abusadores

A compreensão dos autores de violência exigiu considerar as condições sociais, culturais e relacionais em que esses comportamentos foram constituídos. Zimbardo (1971) a influência de estruturas de poder e papéis sociais sobre comportamentos agressivos, enquanto Dobash e Dobash (1998) compreenderam a violência contra as mulheres como uma prática relacionada a

desigualdades de poder e normas que legitimam controle e dominação. Vasconcelos e Cavalcante (2019) também destacaram que a violência não se restringe a contextos de vulnerabilidade econômica, podendo assumir diferentes formas conforme os recursos e relações de poder disponíveis.

Nesse contexto, a compreensão dos autores de violência mostrou-se relevante para as estratégias de enfrentamento. Vasconcelos e Cavalcante (2019) apontaram a escassez histórica de intervenções direcionadas a esses sujeitos, apesar da importância de favorecer responsabilização e reflexão sobre suas condutas. O artigo 45 da Lei nº 11.340/06 (Brasil, 2006) passou a contemplar medidas de reeducação e responsabilização, reforçando a necessidade de ações que ultrapassem a lógica exclusivamente punitiva. Nesse sentido, grupos reflexivos e outras intervenções podem favorecer a análise das condutas violentas, das relações de gênero e das habilidades sociais, contribuindo para a transformação de padrões abusivos.

2.3. A Influência Social

A influência social sobre o comportamento humano foi evidenciada por estudos clássicos da psicologia. Milgram (1974) demonstrou como a obediência à autoridade poderia levar indivíduos a executar comportamentos prejudiciais, enquanto Zimbardo (1971) ressaltou a influência de papéis sociais e posições de poder sobre a conduta. Esses estudos contribuíram para compreender que comportamentos abusivos não poderiam ser explicados exclusivamente por características individuais, uma vez que condições situacionais e relações de poder também participavam de sua constituição.

Bandura (2007) ampliou essa compreensão ao abordar a aprendizagem social, indicando que comportamentos poderiam ser adquiridos por observação e modelagem. Vieira, Perdoná e Santos (2011) identificaram, nesse sentido, a relação entre exposição à violência na infância, testemunho de violência contra a mãe e maior risco de reprodução da violência em relações íntimas. A partir do materialismo histórico-dialético, Marx e Engels (2021) permitiram ampliar essa análise ao considerar que as relações sociais são constituídas historicamente por relações de poder e desigualdade. Assim, os comportamentos abusivos puderam ser compreendidos como práticas relacionadas tanto às experiências individuais quanto às condições sociais e históricas que favorecem sua reprodução.

2.4. Limite Profissional e Estratégias de Intervenção na Psicologia

A atuação psicológica diante de comportamentos abusivos envolve limites éticos e técnicos, especialmente quando o sujeito não reconhece sua participação nos atos praticados. Calligaris (2021) apontou que a intervenção clínica encontra limites quando o indivíduo consegue justificar suas ações por normas, ordens ou referências externas, sem implicar sua própria subjetividade. Foucault (1999), ao discutir as relações de poder, contribuiu para compreender como normas sociais podem atravessar a constituição dos sujeitos e influenciar suas formas de agir, ressaltando que a intervenção psicológica não deve reproduzir práticas de punição ou normalização.

Nesse sentido, Rogers (2009) destacou a importância da relação terapêutica baseada na autenticidade, aceitação e compreensão empática como condição para favorecer o contato do sujeito com sua própria experiência. A atuação do psicólogo, portanto, não se

destinaria à punição ou à correção moral, mas à criação de condições para reflexão e responsabilização. Conforme a perspectiva apresentada pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2016), a psicologia pode atuar sobre os processos subjetivos que sustentam práticas violentas, contribuindo para a substituição de padrões violentos por formas mais humanas de relação.

3. MÉTODO

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de campo, de abordagem qualitativa. Inicialmente, foi realizado um levantamento da literatura científica acerca dos comportamentos abusivos, das influências sociais relacionadas à violência interpessoal e das estratégias de intervenção psicológica. Também foram consultadas legislações e políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da violência, buscando contextualizar o fenômeno e subsidiar a elaboração do instrumento de pesquisa.

Participaram do estudo sete psicólogos clínicos e/ou institucionais, atuantes no estado de São Paulo, com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia e experiência mínima de um ano no atendimento a vítimas e/ou autores de violência. Os participantes foram selecionados por meio de contatos em redes sociais, instituições públicas e privadas e indicações. Após a apresentação da proposta e dos procedimentos da pesquisa, aqueles que aceitaram participar formalizaram sua concordância por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, compostas por 14 questões, elaboradas com o objetivo de investigar as práticas interventivas e as percepções dos

profissionais acerca das situações de violência. As entrevistas ocorreram presencialmente ou por meio da plataforma Google Meet, conforme a disponibilidade dos participantes, com duração aproximada de 50 minutos. Durante a realização, novas questões puderam ser formuladas para aprofundar aspectos relevantes aos objetivos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas mediante autorização dos participantes e posteriormente tiveram seus dados anonimizados, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações.

Os dados obtidos foram organizados a partir da identificação dos principais conteúdos presentes nos relatos dos participantes, considerando padrões, convergências e divergências relacionados aos objetivos da pesquisa. A interpretação articulou os dados empíricos às contribuições da literatura sobre comportamento abusivo e influência social, possibilitando uma compreensão das experiências e percepções dos profissionais entrevistados.

A pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, e a coleta de dados foi iniciada após sua aprovação, seguindo as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNS nº 466/2012 e CNS nº 510/2016. Foram assegurados aos participantes o caráter voluntário da participação, o direito de desistência, o esclarecimento quanto aos procedimentos, riscos e benefícios, bem como a preservação de sua identidade. Considerou-se a pesquisa como de risco mínimo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE nº 91232725.4.0000.5512.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das entrevistas demonstrou diferentes compreensões dos profissionais sobre o comportamento abusivo, influenciadas por seus referenciais teóricos e campos de atuação. Os relatos apontaram que a violência não foi compreendida apenas por características individuais, mas também por relações sociais, estruturas de poder e processos de socialização. Nos contextos institucionais, essa perspectiva apareceu de forma mais evidente, enquanto na clínica foram destacados desafios relacionados à resistência dos autores e à baixa procura espontânea por atendimento.

4.1. Perspectivas das Psicologias Sobre o Comportamento Abusivo

A análise das entrevistas mostrou que os profissionais compreendem o comportamento abusivo a partir de diferentes referenciais teóricos e campos de atuação. Nos contextos institucionais, houve maior destaque para fatores sociais, históricos, culturais e relacionais, como masculinidades, relações de poder e naturalização da violência. Na clínica, por outro lado, foram reveladas dificuldades relacionadas à resistência dos autores e à baixa procura espontânea por acompanhamento psicológico.

Os participantes relataram que o acesso dos autores aos serviços ocorre principalmente por encaminhamentos judiciais, denúncias ou pela rede de proteção, enquanto a procura espontânea aparece com menor frequência. A realidade pode ser relacionada às alterações promovidas na Lei Maria da Penha. Em 2020, foi incluído o inciso VI ao art. 22, estabelecendo o “comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação” (Brasil, 2006, Art.22).

Considerando os relatos em conjunto, observou-se que o atendimento psicológico aos autores de violência ocorre, em grande parte, mediante acionamento de rede institucional. Essa dificuldade pode estar relacionada à negação da violência e a padrões tradicionais de masculinidade associados à autossuficiência e à resistência emocional (Mokhwelepa; Sumbane, 2025). Essa característica representa um desafio para o desenvolvimento de práticas preventivas, uma vez que a intervenção tende a ocorrer quando o conflito já alcançou maior visibilidade ou gravidade.

Nesse sentido, a psicologia pode ampliar espaços de reflexão sobre masculinidades, relações de gênero, reconhecimento da violência e formas não violentas de resolução de conflitos para favorecer a construção de estratégias que atuem não apenas sobre situações já estabelecidas, mas também sobre os processos que contribuem para sua manutenção.

4.2. Expressões e Manifestações do Abuso

Por meio dos relatos, o ambiente doméstico foi identificado como o principal espaço de manifestação da violência, marcado por relações de controle, dominação e naturalização de práticas abusivas. Os participantes destacaram a articulação entre violência física, psicológica e patrimonial, incluindo controle financeiro, manipulação emocional e ameaças. Segundo os relatos dos profissionais, a dependência econômica e emocional, associada ao medo e à culpa, pode dificultar o rompimento do ciclo de violência.

Também foi identificado o controle sobre o acesso das vítimas ao cuidado psicológico como uma forma de dominação. O impedimento ou desencorajamento da busca por atendimento e

por redes de apoio contribuiu para o isolamento e para a manutenção das relações abusivas. Esse fenômeno pode ser compreendido em conjunto com os padrões culturais de masculinidade e com as desigualdades de gênero presentes nas relações.

Nothaft e Beiras (2019) apontaram os grupos reflexivos como espaços de aprendizagem e questionamento de comportamentos que muitas vezes não são reconhecidos como violentos pelos próprios autores. Assim, os resultados reforçaram que a violência doméstica não se restringe às ações individuais, relacionando-se também a fatores históricos, culturais e sociais que sustentam desigualdades de gênero e práticas de dominação.

4.3. Influências Relacionais e Sociais nas Dinâmicas de Abuso

Os relatos dos profissionais indicaram, de maneira recorrente, a influência do meio social na constituição e manutenção dos comportamentos abusivos. A violência foi compreendida como um fenômeno resultante da articulação entre fatores individuais, relacionais e sócio-históricos, exigindo uma análise que ultrapasse explicações exclusivamente intrapsíquicas.

Os participantes também relacionaram a reprodução da violência às estruturas patriarcais e à transmissão intergeracional de padrões relacionais. Segundo os participantes, nesse processo, determinadas formas de dominação podem ser incorporadas e compreendidas como normais, dificultando o reconhecimento dos comportamentos abusivos. Nas relações afetivas, as desigualdades de gênero podem contribuir para o silenciamento e a naturalização da violência. Butler

(2021) contribui para essa compreensão ao discutir a naturalização das normas de gênero e sua repetição nas relações sociais.

A família e a educação também apareceram como espaços importantes na aprendizagem de práticas punitivas e violentas. A partir de Freire (1987), essa reprodução pode ser compreendida pela introjeção das relações de opressão, nas quais sujeitos submetidos à violência podem reproduzir posteriormente posições de poder e violência. Dessa forma, os resultados indicaram que a compreensão do abuso exige se considerar não apenas a conduta individual, mas os determinantes sociais e históricos que atravessam a experiência do sujeito em desenvolvimento.

4.4. Estratégias Interventivas no Atendimento à Violência

Os profissionais entrevistados destacaram a atuação psicológica como importante estratégia de acolhimento, intervenção e enfrentamento da violência. A escuta ativa e o acolhimento apareceram como recursos iniciais utilizados pelos participantes, possibilitando a compreensão da experiência do sujeito sem reduzir a vítima ao conformismo ou o autor de violência a uma representação exclusivamente moralizante (Augustin; Bandeira, 2020).

Entretanto, os resultados também destacaram limites estruturais para transformações mais amplas. Moffet e Gallen (2022) apontaram que o reconhecimento público da violência nem sempre se converte em mudanças estruturais efetivas.

Nesse sentido, a atuação psicológica pode constituir espaço de conscientização e resistência, mas necessita estar articulada a políticas públicas e redes de proteção capazes de sustentar

processos de transformação social, contribuindo não apenas para a elaboração dos afetos traumáticos, mas para a construção de relações menos violentas e socialmente mais humanizadas.

4.4.1. Psicoeducação e Reconhecimento de Comportamentos Abusivos

A psicoeducação foi identificada como estratégia relevante para ampliar o reconhecimento das diferentes formas de violência, permitindo que vítimas e autores nomeassem experiências anteriormente marcadas pela ambiguidade ou naturalização. Esse processo favorece a compreensão dos padrões relacionais e desloca a violência da ideia de acaso ou destino para uma perspectiva de responsabilidade e possibilidade de mudança.

A compreensão da violência como fenômeno histórico e social também possibilita superar explicações individualizantes. Minayo (1994) destaca a complexidade e o caráter social da violência, enquanto Bauman (1998) aponta que práticas violentas podem se manter quando deixam de ser questionadas socialmente. Dessa forma, a psicoeducação pode favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico e o reconhecimento de formas de violência que ultrapassam a agressão física.

Nesse sentido, grupos reflexivos e ações educativas voltadas às masculinidades podem contribuir para questionar padrões historicamente reproduzidos e favorecer processos de responsabilização. A perspectiva de Freire (1987) reforça a importância de uma educação não punitiva e humanizadora, capaz de romper com práticas coercitivas e favorecer relações mais saudáveis. Entretanto, os resultados também indicaram que o

acesso desigual à informação, à assistência psicológica e às redes de apoio permanece como obstáculo à transformação desses padrões.

Assim, a luta pela desconstrução das violências permanece em curso, exigindo ações contínuas de conscientização, políticas públicas e fortalecimento de redes comunitárias que ampliem o acesso ao cuidado, à escuta e à humanização das relações sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa possibilitaram compreender que os comportamentos abusivos estão intimamente vinculados às construções sociais, históricas e culturais que permeiam as interações humanas. Os resultados mostraram-se compatíveis com a hipótese inicialmente proposta de que a constituição desses comportamentos se encontra associada a fatores sociais que sustentam relações assimétricas de poder e a perpetuação da violência em seu caráter cíclico. Nesse sentido, verificou-se que a violência não se restringe às agressões físicas, manifestando-se igualmente por meio de práticas psicológicas, patrimoniais, morais e simbólicas, muitas vezes incorporadas como naturais nas relações cotidianas.

A análise dos relatos dos profissionais revelou percepções recorrentes sobre autores de violência, destacando-se comportamentos relacionados ao controle, à manutenção de posições de poder e à dificuldade em identificar determinadas atitudes como abusivas. Os relatos dos profissionais também apontaram dificuldades relacionadas aos recursos emocionais e à reflexão crítica, sobretudo em relação às violências psicológica e

financeira, frequentemente banalizadas ou pouco reconhecidas no contexto social.

Os resultados também indicaram que experiências familiares, modelos educativos pautados na punição e normas socioculturais fundamentadas em relações hierarquizadas contribuem para a transmissão intergeracional da violência. Segundo os relatos e a literatura discutida, tais elementos podem favorecer a manutenção de papéis de gênero e de mecanismos de dominação associados à reprodução de práticas abusivas entre gerações, fortalecendo a continuidade do ciclo da violência.

Sob essa perspectiva, a psicologia social constituiu um importante eixo teórico para a interpretação dos achados da pesquisa, ao demonstrar que os comportamentos abusivos não podem ser explicados exclusivamente pelas características individuais dos sujeitos. As relações de poder, os processos de socialização e os contextos histórico-culturais exercem influência direta sobre a aprendizagem, a reprodução e a naturalização dessas condutas. Assim, esse referencial amplia a compreensão do fenômeno ao situar o indivíduo em permanente interação com o contexto social e com as estruturas que participam da constituição de sua subjetividade.

Outro resultado significativo refere-se à reduzida busca voluntária por acompanhamento psicológico entre os autores de violência, uma vez que a maior parte dos atendimentos ocorre em decorrência de encaminhamentos institucionais ou determinações judiciais. Esse panorama mostra a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à prevenção e de ampliar espaços destinados ao reconhecimento, à responsabilização e à reflexão acerca desses

comportamentos antes que os episódios de violência se intensifiquem.

No que diz respeito às possibilidades de intervenção, sobressaíram-se a psicoterapia, as ações de psicoeducação e os grupos reflexivos como estratégias capazes de estimular o desenvolvimento de uma consciência mais crítica sobre as próprias condutas, favorecendo processos de responsabilização e mudanças na forma de estabelecer vínculos interpessoais.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço da produção científica acerca do comportamento abusivo, estimulando novas investigações e o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção. Os resultados obtidos reforçam que o enfrentamento da violência requer iniciativas integradas entre os campos da psicologia, da educação e das políticas sociais, capazes de promover transformações nas maneiras de compreender, construir e vivenciar as relações humanas.

Declaração sobre conflito de interesses: os autores declaram não haver conflito de interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTIN, L. W; BANDEIRA, C. C. de A. Postura e intervenções do gestalt-terapeuta frente à violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo. **Rev. abordagem gestalt.** vol.26. Goiânia, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 17 abr. 2026.

BANDURA, Albert; AZZI, Roberta; POLYDORO, Soely. **Teoria Social Cognitiva**: conceitos básicos. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: Planalto. Acesso em: 23 jan. 2026.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Unesp, 2021.

CALLIGARIS, C. **Cartas a um Jovem Terapeuta**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2021.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Psicologia e Segurança Pública**. São Paulo: CRP SP, 2016.

DOBASH, E. R; DOBASH, R. P. Violent Men and Violent Contexts. *In*: DOBASH, E. R; DOBASH, R. P. **Rethinking Violence** Against Women. SAGE Publications, Inc. 2012. Disponível em: <https://sk.sagepub.com/book/edvol/rethinking-violence-against-women/chpt/violent-men-violent-contexts>. Acesso em: 25 jan 2026.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido, 17^a. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto comunista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MILGRAM, S. **Obedience to Authority: An Experimental View**. Londres: Tavistock Publications, 1974.

MINAYO, M. C. de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n. 1, p. 7-18. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>. Acesso em: 15 maio 2026.

MOFFET, Luke; GALLEN, James. The Palliative Role of Reparations in Reconciling Societies with the Past: Redressing Victims or Consolidating the State? (O papel paliativo das reparações na reconciliação das sociedades com o passado: reparar as vítimas ou consolidar o Estado?, **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 16, n.4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17502977.2022.2042650>. Acesso em: 05 abr. 2026.

MOKHWELEPA L. W; SUMBANE G. O. Men's Mental Health Matters: The Impact of Traditional Masculinity Norms on Men's Willingness to Seek Mental Health Support; a Systematic Review of Literature. **American Journal of Men's Health**. v. 19 n. 3. 2025. doi:10.1177/15579883251321670. Acesso em: 10 jul. 2026.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356070>. Acesso em: 18 abr. 2026.

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VASCONCELOS, Cristina Silvana da Silva; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Caracterização, representações e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos. **Psicologia & Sociedade**, v.31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/htHRJt5wF43bJyMBX8H5qGm/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2026.

VIEIRA, Elisabeth; PERDONA, Gleici; SANTOS, Manoel. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, 45(4):730-7, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/zRfLJt87pk3TmjrcTDqNJvJ/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

ZIMBARDO, P. **The Stanford Prison Experiment**. Documentário, 1971. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F4txhN13y6A&t=696s>. Acesso em: 17 dez. 2024.

Pesquisa apoiada pela Universidade Paulista (UNIP), por meio do programa de Iniciação Científica / Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

¹ Discente do Curso de Psicologia da Universidade Paulista - UNIP, Campus Tatuapé.

² Discente do Curso de Psicologia da Universidade Paulista - UNIP,
Campus Tatuapé.

³ Graduado em Psicologia; pós-graduado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial; pós-graduado em Filosofia e Direitos Humanos; pós-graduado em Psicanálise; Mestre em Bioética; Doutor em Psicologia Clínica; e Pós-doutorado em Psicologia. Possui experiência nas áreas de Psicologia, Psicanálise e Educação Superior, com ênfase em Psicologia clínica, sexualidade, práticas psicossociais, psicopatologia, psicanálise e saúde mental. Atualmente é professor titular do curso de graduação em Psicologia da Universidade Paulista – UNIP. Endereço para acesso ao ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-5119-4752>